



Handwritten marks, including a stylized signature and a star-like symbol.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO
7090-237 VIANA DO ALENTEJO

ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA

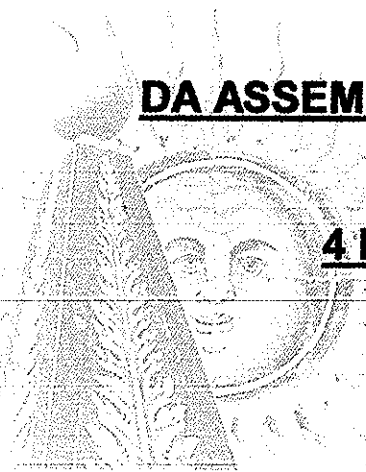
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A

Concelho de

4 DE DEZEMBRO DE 2006

Viana

Todo o Sol do Alentejo





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A 4 DE DEZEMBRO DE 2006

No dia quatro de Dezembro de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas, no Salão da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, reuniu a Assembleia Municipal em sessão ordinária, tendo como Ordem de Trabalhos:

- 1) - Aprovação da acta da sessão anterior;
- 2) - Apreciação de informação escrita sobre a actividade da Câmara;
- 3) - Aprovação da acta em minuta;
- 4) - Aprovação do Regulamento Municipal da Tabela de Taxas e Licenças;
- 5) - Aprovação da Carta Educativa;
- 6) - Pedido de autorização para atribuição da Medalha de Honra do Município a duas entidades;
- 7) - Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2007;
- 8) - Pedido de autorização para contratação de empréstimo de M/L Prazo junto da Caixa Geral de Depósitos;

O senhor Presidente declarou aberta a sessão estando presentes os seguintes membros:

- João Henrique Carracha Garcia, que presidiu;
- Luís Miguel Fialho Duarte, na qualidade de primeiro Secretário;
- Francisco António Maia Cardoso, na qualidade de segundo Secretário;
- Maria Gabriela Fonseca Figueira;
- Rui Manuel Pires Penetra;
- Isidro José Marcos;
- José Luís Potes Pacheco;
- Luís Miguel Leal Boteta;
- Mário Gonçalo Louro Grave;
- Odete Maria Tirapicos Arranhado Fialho;
- Anunciação Gertrudes Raposo Baioneta;
- Joaquim António Vilalva Teixeira;
- António José Prates Valverde, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- José Jacinto Bento Grave, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas;
- António Inácio Torrinha Lopes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar;



Handwritten initials and a signature.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

Verificaram-se as faltas dos membros:

- Margarida Mariana Pinto Alfacinha;
- Joaquim António Pinto Alfacinha;
- Zélia Maria Mira Valério;

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente tendo estado também presentes os senhores Vice-Presidente e Vereador Rui Gusmão.

A Mesa justificou por escrutínio secreto do qual resultou unanimidade, as seguintes faltas:

- Margarida Mariana Pinto Alfacinha, à sessão de 29 de Setembro de 2006
- Zélia Maria Mira Valério, à sessão de hoje

O senhor Presidente da Assembleia propôs a inclusão na Ordem de Trabalhos do seguintes ponto adicional:

9º Ponto) – Proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T.M.D.P.)

Tendo a Assembleia reconhecido urgência de deliberação imediata sobre esta matéria, autorizou por unanimidade a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos.

O senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida e declarou aberto o período de antes da Ordem do Dia.

O membro José Luís Pacheco perguntou qual o ponto de situação da obra do Parque de Mercados, em execução na zona do Malfor. Sugeriu, à semelhança do que aconteceu em Évora, que aquele espaço pudesse também servir para que os pequenos produtores locais escoassem os produtos que têm nas suas hortas.

O senhor Presidente da Assembleia disse que através da leitura das actas das reuniões da Câmara que todos os membros recebem regularmente, pode aperceber-se das diversas opiniões àcerca das iniciativas que a Autarquia tem vindo a proporcionar à Terceira Idade. Disse que na sua qualidade de Presidente da Assembleia Municipal se solidariza com a posição da Câmara relativamente a todas as iniciativas que se têm realizado. Em sua opinião, por muitas restrições orçamentais que possam existir, as acções dirigidas à Terceira Idade dever-se-ão manter. Esta faixa etária merece atenção especial pois as pessoas que a compõem já trabalharam muito e recebem na sua grande maioria, pensões mínimas. Compete-nos pois dar-lhes conforto e proporcionar-lhes convívio e a possibilidade de irem a locais onde nunca teriam



Handwritten initials and a star symbol.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

hipóteses de ir. O senhor Presidente da Assembleia manifestou assim a sua solidariedade para com a acção da Câmara nesta matéria fazendo votos para que continue e se possível ainda mais diversificada. Em sua opinião "fica-nos muito mal" pôr em causa estas iniciativas pelo que tem muita dificuldade em compreender determinadas dúvidas sobre estas matérias.

O membro Gabriela Figueira referiu que da parte do Partido Socialista não há quaisquer objecções ao facto de serem proporcionadas actividades à Terceira Idade. A questão que se levanta é apenas de critérios! As pessoas que usufruem, por exemplo, dos passeios proporcionados pela Câmara, são muitas vezes as mesmas ano após ano. Em sua opinião há muitas outras formas de apoiar esta faixa etária sem ser através de almoços e passeios. Houve Câmaras que dispuseram de determinada verba para participação em medicamentos, mediante parcerias com as farmácias. Constatou-se que esta forma de apoio era ilegal mas o que é certo é que diversos municípios continuam a tê-lo. Este membro continuou a sua intervenção referindo que os idosos que não têm condições físicas para passear, ficam sempre excluídos dos apoios da Câmara uma vez que este se consubstancia em actividades que exigem ainda algumas condições físicas. Referiu ainda que o senhor Deolindo Destapado, que foi funcionário da Câmara, se encontra hospitalizado. Este ex-funcionário vive num sítio inqualificável e este membro da Assembleia perguntou qual o papel da Assistente Social da Câmara neste cenário. Perguntou também se estes levantamentos já tinham sido feitos. Por fim referiu que quando se critica não é pelo excesso mas sim pela falta de critério na atribuição dos apoios.

O senhor Presidente da Assembleia referiu que há situações que nos ultrapassam por terem subjacentes matérias da responsabilidade do Poder Central. Disse ainda que na conjuntura instável em que vivemos a Câmara não pode assumir compromissos para o futuro, por exemplo na comparticipação dos medicamentos " pois o que este ano é verdade para o ano pode não ser" !

Todo o Sol do Alentejo

O senhor Presidente da Câmara, a propósito da intervenção do membro Gabriela Figueira, disse que o discurso é o correcto mas a entidade a quem o mesmo é dirigido é que está enganada. Disse que assim que terminou o PICVA – Programa de Intervenção Comunitária do Concelho de Viana do Alentejo, nunca mais houve outro programa tendo sido reprovadas duas candidaturas apresentadas. Disse ainda o senhor Presidente que a Câmara não pode ser acusada de não ter levantamentos feitos na área social dado que é à técnica da Segurança Social que exerce funções no concelho que cabe essa função. Considerou injusto que se qualifique o trabalho da Câmara como insuficiente nesta matéria quando as competências respectivas não são nossas. Disse também o senhor Presidente que tudo aponta para que as competências na área da Saúde passem para a Administração Local. Contudo sem as correspondentes verbas não pode haver competências. O Governo torna as



Handwritten marks and signatures in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

Câmaras fiéis depositárias de um conjunto de tarefas e não mais do que isso. "Fechado o capítulo das Finanças Locais, parece que se vai abrir o da transferência de competências". O senhor Presidente referiu por fim que não pode a Câmara ser acusada de não fazer o trabalho que é dos outros e que eles não fazem.

O senhor Presidente, ainda relativamente às questões que têm vindo a ser suscitadas na Câmara quanto à Terceira Idade, disse que se têm procurado implementar políticas duradouras de apoio sendo disso exemplo o facto de existirem quase quatrocentos idosos com o Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso. Esta situação – disse – é pouco falada mas é sentida.

Quanto ao empolamento que se dá aos almoços e passeios, disse o senhor Presidente que a prática consiste num passeio anual, na semana do idoso que termina com um almoço e nas marchas populares. Ao longo do ano vai havendo colaboração com as Associações de Reformados. Disse o senhor Presidente que quando se criticam os almoços e os jantares está-se a sobredimensionar aquilo que efectivamente não existe.

O senhor Presidente da Assembleia referiu que a própria Assembleia Municipal pode efectuar o levantamento de algumas situações em que é necessário intervir e dar conhecimento das mesmas à Segurança Social, para esse efeito.

O membro Gabriela Figueira concordou expressamente com esta sugestão pois um grupo da Assembleia tem outra dimensão e outro peso.

O senhor Presidente da Assembleia sugeriu que seja trazido para este órgão um levantamento de casos e se constitua então um grupo de trabalho.

Concelho de

O senhor Presidente da Câmara referiu a este propósito que a Rede Social faz o diagnóstico e dá essa informação à Segurança Social pelo que esta não desconhece nada do que se passa. Contudo – disse – se o grupo da Assembleia se constituir e sendo a Câmara um parceiro da Rede, quando a informação lhe chegar encaminhá-la-á para a Rede Social. Alentejo

Relativamente à obra do Parque de Mercados, o senhor Presidente da Câmara informou que o que falta é o bloco de sanitários cujo concurso vai ser lançado. Quanto à sugestão apresentada pelo membro José Luís Pacheco, o senhor Presidente da Câmara considerou-a boa. Lembrou que o mercado antigo deixou de funcionar não por falta de espaço físico mas por falta de compradores. A implementação desta sugestão passará por estimular os produtores existentes.

O senhor Vereador Rui Gusmão, na sequência da intervenção do senhor Presidente da Assembleia acerca do que disse ter lido nas actas das reuniões da Câmara relativamente às discordâncias quanto aos procedimentos da Câmara para com a Terceira Idade, disse que retratando as actas o que efectivamente se passa nas reuniões, não consegue fazer essa leitura. Apelou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

ao senhor Presidente da Assembleia para que fosse mais claro e que dissesse quem efectivamente está contra. É o P.S.? É o P.S.D.?

O senhor Presidente da Assembleia disse que não sabe precisar quem levantou a questão mas sabe que foi levantada. Disse que o que defende é a possibilidade de continuar a proporcionar aos idosos a ida a sítios que nunca visitaram.

O senhor Vereador Rui Gusmão reafirmou que nunca o P.S. pôs isso em causa.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo informou que foram caiadas habitações a mais de cinquenta pessoas na freguesia, pelo pessoal afecto à Junta. Iguamente a Junta está a dar apoio a dez acamados nesta freguesia.

O senhor Presidente da Câmara agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viana a disponibilização do salão para realização da presente reunião. Referiu que no corrente ano a quota de POC(s) carenciados para este concelho foi de catorze. Há anos atrás, couberam a este concelho, setenta e oito, dos generalistas. Actualmente nem generalistas há.

Disse o senhor Presidente da Câmara que os montantes dispendidos com estas pessoas vão onerar as nossas despesas com o pessoal. As Juntas de Freguesia, sem recurso ao pessoal subsidiado, não poderão manter o tipo de apoio que vêm prestando.

O membro Gabriela Figueira disse que neste concelho, o projecto de apoio a acamados foi implementado no tempo em que foi Presidente da Junta o senhor António Joaquim Viegas da Silva. Referiu que durante anos o P.S. esteve em maioria na Junta de Viana e nunca se viu solidariedade por parte da Câmara. Enquanto que agora há colaboração por exemplo no arranjo dos sanitários públicos, naquele tempo nem sequer um canalizador da Câmara era cedido à Junta para qualquer serviço esporádico e urgente.

O senhor Presidente da Câmara disse que se foi o senhor António Silva que começou com os apoios, o Engº Sócrates vai concerteza terminar com eles. Disse ainda que em todos os mandatos houve negociação de protocolos com as Juntas mas a partir da altura em que a Junta de Viana deixou de ser um órgão colectivo, deixou de existir interlocutor para a Câmara e é daqui que derivam diversas interpretações.

O membro Gabriela Figueira lembrou que enquanto o PS esteve em maioria na Câmara, nunca faltou solidariedade à Junta de Freguesia de Aguiar pois todos os meses lhe era entregue um subsídio extraordinário.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

O senhor Presidente da Assembleia referiu que há coisas que não requerem dinheiro – requerem boa vontade e assiduidade. Em sua opinião estão à vista os frutos da mudança da gestão da Junta de Viana.

Entrou-se de seguida na Ordem de Trabalhos:

PRIMEIRO PONTO) – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR – Com a abstenção do membro Gabriela Figueira por não ter estado presente, foi aprovada a acta relativa à sessão ordinária realizada no dia 29 de Setembro de 2006.

SEGUNDO PONTO) – APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ACTIVIDADE DA CÂMARA – Não se verificou qualquer intervenção acerca da informação sobre a actividade da Câmara.

TERCEIRO PONTO) – APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA NO FINAL DA SESSÃO – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a acta em minuta no final da sessão.

QUARTO PONTO) – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS – O senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta em apreço e referiu que a nova tabela visa basicamente integrar num só documento as taxas derivadas das novas competências que passaram para a Câmara. Os valores foram actualizados tendo em vista que permaneçam até final do mandato, à excepção de eventuais novas taxas que se tenham que criar devido a novas competências.

Depois de alguns esclarecimentos pontuais, o documento foi posto a votação tendo sido aprovado com as abstenções dos membros Gabriela Figueira, Luís Miguel Boteta e José Luís Pacheco, todos eleitos pelo PS

QUINTO PONTO) – APROVAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA – O senhor Presidente referiu que o documento agora apresentado resulta de um processo coordenado pela AMDE – Associação Municípios Distrito Évora e visa por um lado fazer um levantamento do cenário deste concelho relativamente à rede educativa e por outro lado proceder à estruturação da rede escolar. Conclui-se que nenhum dos estabelecimentos de ensino será encerrado o que demonstra a dinâmica educativa que se vai sentindo no concelho. É um documento importante e que pretende lançar pistas de intervenção no futuro. Em sua opinião, o caminho que a Carta aponta é exequível: retrata a realidade do concelho e preconiza objectivos possíveis de alcançar. O senhor Presidente salientou a necessidade de aprovação das Cartas Educativas pela senhora Ministra da Educação, até final do ano. Os investimentos contidos no documento só assim poderão ser financiados pelo próximo Quadro Comunitário de Apoio. Disse o senhor Presidente da Câmara que nos anteriores programas não existiam verbas para intervenções no 1º ciclo. Se no próximo existirem, será de aplaudir.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

O senhor Presidente referiu também que de acordo com o Programa de Enriquecimento Curricular, os edifícios das Escadinhas e S. João, para ficarem operacionais, teriam que sofrer grandes transformações, quase tão caras como fazer um novo edifício.

O membro Gabriela Figueira disse que esperava ver mais numa Carta Educativa do que apenas referências aos espaços físicos. Em sua opinião, o documento deveria conter análises em termos pedagógicos e referenciar por exemplo o abandono escolar a seguir ao 9º ano e a inexistência de cursos técnico – profissionais. Em sua opinião, as Câmaras Municipais deveriam poder dizer nas suas Cartas Educativas, mais alguma coisa em relação ao futuro do ensino nos respectivos concelhos.

O senhor Presidente da Assembleia disse concordar com a intervenção do membro Gabriela Figueira pois também ele considera que deveria existir maior parceria com a Direcção Regional de Educação no sentido de potenciar sectores que aqui existem e que merecem ser ajudados tendo a escola uma oportunidade de se “associar” à sociedade civil. Em sua opinião, as áreas do ensino secundário deveriam ter mais ligação com o meio, tal como já foi falado no Conselho Municipal de Educação.

O senhor Presidente da Câmara referiu que inicialmente o Conselho Local de Educação tinha representantes de todos os estabelecimentos de ensino. Agora, existe apenas um representante para cada nível de ensino o que em termos de representatividade democrática, é uma perda.

Aquando da existência do Conselho Local de Educação conseguiu-se aprovar um documento com um conjunto de actividades articuladas. Na opinião do senhor Presidente da Câmara a Carta Educativa deveria definir políticas do sistema educativo para o futuro mas a grelha que está formatada pelo Ministério da Educação não a contempla e tem que ser seguida no formato que está previamente definido.

O senhor vereador Rui Gusmão referiu que a Carta Educativa deveria apontar para uma escola básica de 2º e 3º ciclos atendendo a que no próprio documento se refere que a capacidade de instalação do estabelecimento de ensino actualmente existente é de 93 %. Aponta-se na Carta Educativa que o seu estado de conservação é razoável mas quem tem filhos na escola em causa sabe que “é um favor” considerar-se aquele estado razoável: os alunos suportam lá calor e frio e dentro de pouco tempo a escola deixará mesmo de ter condições. Sendo a Carta Educativa um documento estratégico não deveria apontar para a necessidade de um edifício novo apenas para o Jardim de Infância e 1º ciclo. Disse este vereador que a Carta Educativa deste Concelho é a única do Alentejo Central que não propõe uma nova escola do 2º e 3º ciclos.

O senhor Presidente da Câmara referiu que compreende a preocupação do senhor Vereador mas pode ser complicado querer colocar a fasquia num patamar inatingível, tanto mais pelo facto dos municípios não serem responsáveis pelos níveis de ensino referidos.

O senhor Vereador Rui Gusmão disse que a EBI de Alcáçovas também tem 2º e 3º ciclos. O senhor Presidente respondeu que este caso foi diferente pois andou-se a exigir ao Governo a construção daquela escola, deu-se o terreno, as infraestruturas e a comparticipação de 10% no custo da obra. Não



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

foi a Câmara que partiu para o projecto mas antes respondeu ao pedido de colaboração que o Governo fez como contrapartida.

Votada a proposta de Carta Educativa foi a mesma aprovada com as abstenções dos membros Gabriela Figueira, José Luís Pacheco, Luís Miguel Boteta e Anunciação Boteta. Os três primeiros membros referidos são eleitos pelo PS e o último pelo PSD.

SEXTO PONTO) – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE HONRA DO MUNICÍPIO A DUAS ENTIDADES –

O senhor Presidente da Câmara explicou o enquadramento da proposta apresentada no sentido da atribuição da medalha de honra do município ao Sporting Clube de Viana do Alentejo e ao Sport Club Alcaçovense. Acentuou o carácter duradouro das actividades destas colectividades e informou que o objectivo é a entrega das medalhas nas comemorações do próximo dia 13 de Janeiro, Feriado Municipal.

As propostas foram votadas individualmente. A atribuição da medalha de Honra do Município ao Sport Club Alcaçovense foi autorizada por unanimidade. Quanto à proposta de atribuição ao Sporting Clube de Viana do Alentejo, não esteve presente durante a discussão e votação o membro Isidro José Marcos por ter declarado o seu impedimento. A autorização para atribuição desta medalha foi concedida com catorze votos favoráveis.

SÉTIMO PONTO) – APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2007 –

O senhor Presidente referiu que incluídas na Lei das Finanças Locais estão “regras travão” que só terão aplicabilidade prática em 2009. Assim, os novos órgãos que sairão das próximas eleições sabem de antemão com o que podem contar. Com a nova Lei das Finanças Locais o concelho de Viana não será dos mais atingidos mas há municípios que em três anos têm cerca de 25% de redução nas transferências vindas do Poder Central. Com este cenário será mais difícil no próximo mandato executar obras estruturantes pois a capacidade financeira do município não irá ser a mesma. Associado ao enfraquecimento financeiro está a dependência orgânica pois “quem tem dinheiro manda”. Vamos ter que pedir dinheiro a Lisboa para realizar obras no Concelho e um só processo tem que recolher assinaturas de três ministros. Este cenário enquadra aquilo que são os documentos previsionais para 2007 e estes reflectem exactamente os constrangimentos financeiros.

Disse o senhor Presidente que o Plano Plurianual de Investimentos contém as obras estruturantes para o mandato a par de outras pequenas obras que, freguesia a freguesia, se fazem sentir. O senhor Presidente sublinhou ainda a inclusão de obras na área do ambiente, numa expectativa de aprovação de uma candidatura ao Fundo de Coesão, através da Associação de Municípios do Alentejo Central.

O membro Luís Miguel Boteta, referindo-se aos parques industriais, questionou a sua remissão apenas para 2009. Em sua opinião esta matéria deverá ser prioritária.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

O senhor Presidente da Câmara explicou que o facto de se apontar para 2009 relaciona-se com a possibilidade da revisão do PDM só estar concluída em 2008 e serem necessárias autorizações para se poder avançar com as zonas industriais.

O senhor Vice-Presidente da Câmara disse que as zonas industriais são de facto prioritárias. Em Alcáçovas existe um terreno comprado há seis anos para efeitos de alargamento da zona industrial mas encontra-se inserido na reserva ecológica e só com a revisão do PDM esta situação se poderá resolver. Estando o processo a ser agora iniciado, a prática diz-nos que até estar concluído pode demorar cerca de seis anos. O senhor Vice – Presidente recordou que o actual PDM foi aprovado por necessidade de cumprir os prazos, condição para a obtenção de financiamentos comunitários pelo que não reflecte as reais necessidades e vontades deste concelho em matéria de ordenamento urbanístico.

Votados os documentos previsionais (orçamento para 2007, Plano Plurianual de Investimentos 2007 – 2010, Plano de Actividades Municipais 2007 – 2010 e Grandes Opções do Plano 2007-2010) foram os mesmos aprovados com o voto contra do membro Gabriela Figueira e com as abstenções dos membros José Luís Pacheco e Luís Miguel Leal Boteta, todos eleitos pelo PS.

OITAVO PONTO) – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE M/L PRAZO JUNTO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS –

O senhor Presidente da Câmara apresentou o pedido de autorização para contratação de um empréstimo de M/L Prazo junto da Caixa Geral de Depósitos, até ao montante de 802.413,00 € com destino ao financiamento da Piscina Municipal em Alcáçovas. Informou que este montante é o que corresponde integralmente ao rateio que coube a este município no ano de 2006. O senhor Presidente esclareceu ainda que o empréstimo anteriormente autorizado pela Assembleia Municipal para o mesmo fim, não foi visado pelo Tribunal de Contas em virtude do processo ter sido iniciado em 2005 e concluído só em 2006 pelo que não pode ser utilizado o montante do rateio de 2005.

Em conformidade com o estipulado no nº 7 do artº 53º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia apreciou o mapa comparativo das condições praticadas pelas instituições de crédito contactadas e a informação sobre a capacidade de endividamento do Município.

A Assembleia deliberou por unanimidade autorizar a contratação do empréstimo referido – até ao montante de 802 413,00€ junto da Caixa Geral de Depósitos, para financiamento da construção da Piscina Municipal em Alcáçovas.

NONO PONTO) PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DIREITOS DE PASSAGEM (T.M.D.P.) –

A Assembleia deliberou por unanimidade e nos termos da alínea b) do nº 2 do artº 106º da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro, fixar em 0,25% a Taxa Municipal de Direitos de Passagem. A Assembleia seguiu a sugestão da Associação Nacional Municípios Portugueses no sentido da fixação do valor máximo possível.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

O senhor Presidente da Assembleia formulou votos de Boas Festas para todos e declarou encerrada a sessão às zero horas e trinta minutos tendo a minuta da respectiva acta sido aprovada por unanimidade.

Aprovada a 22 de Fevereiro de 2007

O Presidente da Assembleia


O Primeiro Secretário


Concelho O Segundo Secretário


Viana


Francisco Sá